

Brasil complicou vida dos credores

Mesmo sofrendo as duras consequências da evasão dos investimentos e dos lucros estrangeiros, o Brasil "infernizou" a vida dos banqueiros e das instituições financeiras internacionais, presentes à Assembléia do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, e às reuniões, em Nova Iorque, conseguindo avanços, praticamente irreversíveis daqui para frente.

Todos, sem exceção, foram obrigados a retroceder de suas posições inflexíveis sobre a dívida externa brasileira e dos países da América Latina, e na ortodoxia dos chamados "mecanismos operacionais de mercado", que, nos últimos cinco anos, favoreceram apenas os bancos credores com transferências, dos países latino-americanos, da ordem de US\$ 113 bilhões, sob a forma de pagamento de serviços da dívida.

Esse otimismo toma conta hoje de todos os andares do Palácio do Planalto, em especial depois do

relato feito pelo ministro Bresser Pereira, da Fazenda, ao presidente Sarney, sobre os resultados da viagem aos Estados Unidos. Pela descrição palaciana, a primeira grande vitória brasileira se deu na assembléia do FMI, com o reconhecimento formal do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, de que o endividamento do Terceiro Mundo é uma responsabilidade que deve ser repartida entre credores e devedores.

Em seguida, também o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, admitiu que parte da dívida brasileira poderia ter sua liquidação viabilizada através de títulos públicos.

E, a nível de entidades financeiras internacionais, o Brasil colocou o FMI em questão, ao receber o reconhecimento do seu diretor-executivo, Michael Camdessus, de que o Fundo teria de rever

algumas de suas exigências mais ortodoxas.

Com os credores privados, o avanço brasileiro foi relativo, segundo o assessor presidencial, porque algumas propostas, como a da conversão da dívida total, (US\$ 70 bilhões) por títulos e pelo valor do deságio no mercado foram totalmente descartadas e até mesmo ridicularizadas.

Contudo, os credores passaram a admitir a possibilidade de uma renegociação por períodos mais longos — 20 anos, por exemplo, para os prazos de carência e amortização da dívida, abriu-se a expectativa de se trabalhar com o "spread" zero, o mesmo ocorrendo com a redução das taxas de juros, e a conversão da dívida em capital de risco está praticamente absorvida, dependendo apenas de uma regulamentação do assunto pelo Brasil.